

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E AS UNIVERSIDADES POPULARES

Olga Suely Soares de Souza¹

Resumo: *Este texto é resultado de estudos e reflexões sobre a temática extensão universitária, considerando os aspectos históricos da extensão nas universidades brasileiras, focalizando principalmente as experiências extensionistas do Projeto Rondon e do CRUTAC-RN (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Universitária). Este artigo traz um rápido olhar sobre alguns pontos importantes que marcaram a criação das universidades populares no Brasil, e também da importância da extensão na formação acadêmica dos estudantes de graduação. O texto tem a fundamentação teórica principal baseada nas análises de Roberto Mouro Gurgel, dentre outros. Apresenta também um olhar histórico sobre as universidades populares da Europa.*

Palavras-chave: Extensão, Universidade, Sociedade.

Iniciamos refletindo sobre a análise histórica da extensão universitária no Brasil. Seguindo fundamentalmente as reflexões realizadas por Roberto Mauro Gurgel, a extensão universitária brasileira configurou-se num quadro histórico mais abrangente. Em 1968, a extensão ocupou espaço real dentro da oficialidade governamental, contando com os mecanismos necessários à realização de ações na comunidade.

Nas análises de Gurgel, aparecem duas vertentes básicas: as Universidades populares da Europa no século XIX (aproximação com a população) e o modelo de extensão norte-americano (orientada pela proposta de prestação de serviço).

Segundo Gurgel, “*as Universidades populares surgiram na Europa no século XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos ao povo, tendo assumido uma grande importância na Inglaterra, Bélgica, e Itália*”. (GURGEL, 1986, p.31).

A extensão universitária apareceu com as universidades populares da Europa, e teve como objetivo propagar os conhecimentos técnicos, para além da universidade; iam em busca de um contato direto com as populações. Cabe aqui uma análise de Gramsci sobre essas Universidades: “*...esses movimentos eram dignos de interesse e merecem ser estudados; no sentido que revelaram da parte dos simplórios um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação a uma forma superior da cultura e de uma concepção de mundo.*” (GRAMSCI, 1981, p.17). Observa-se que foi no século XIX, com a iniciativa das universidades européias, que houve a necessidade de criar uma relação mais ampla da universidade com a população e formar novas visões e interlocutores, reiniciando-se a discussão sobre uma nova função social, além do ensino e da pesquisa, chamada extensão universitária. A História da extensão nos mostra que essa foi influenciada pelas políticas públicas e ligadas às necessidades sociais das populações que estavam excluídas dos programas estatais. Como atividade de extensão, era desenvolvida normalmente no âmbito da sociedade, fora da universidade e, com os problemas sociais se ampliando, aumentava, com certeza, a demanda pelos programas extensionista na universidade, que buscava aproximar a ciência e a formação acadêmica da realidade social.

Esse espaço para a democratização do saber, criando um sentimento mais crítico, iniciou com os estudantes e professores anarquistas na França e Inglaterra, a partir do final dos anos de

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia; Mestra em Educação pela Universidade São Francisco/SP; Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB - Campus X/Teixeira de Freitas/BA, Professora e Coordenadora do Curso de Direito da FACISA/CESEB – Itamaraju/BA. Contato: olgasuely@terra.com.br

1850. Segundo Silva, “os títulos acadêmicos e as pesquisas começaram a ser questionados, primeiramente na Inglaterra e depois por toda a Europa, onde se protestava contra a exclusão da maioria da população da produção do conhecimento e formação universitária.” (SILVA, 2002, p. 156).

Motivados pela construção de valores mais igualitários, os jovens e intelectuais lutaram por espaços universitários que resultaram na criação das universidades populares na Europa, que buscam valorizar a cultura popular e também melhor qualificar a educação operária, possibilitando a formação crítica dos trabalhadores. Essas universidades tiveram destaque nos seguintes países: Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Bélgica (GURGEL, 1986, p. 32).

A extensão universitária veio gradativamente fortalecer a universidade, pela divulgação da cultura universitária ao povo e pelo envolvimento com os problemas sociais de cada país, conforme o que preconiza o Manifesto de Córdoba, de 1918. O referido movimento apresentou várias críticas à universidade, a saber: a universidade não tinha espírito científico; a instituição estava controlada pela oligarquia; mais acesso à universidade; mais autonomia para a docência; mais financiamentos; exigiam o fim da ditadura e do imperialismo; gratuidade do ensino, dentre outros. (GURGEL, 1986, p. 36).

No documento de Córdoba, a extensão universitária é reconhecida como o viés que fortaleceu a universidade, pois a mesma possibilitava a integração cultural da universidade com o povo e por ensejar maior envolvimento com os problemas nacionais. Segundo Gurgel, “a extensão projetaria o trabalho da Universidade no meio social e faria a inserção da instituição em dimensão mais ampla” (GURGEL, 1986, p. 36). Gurgel observa que “o Manifesto de Córdoba que apregoava e reivindicada missão social da universidade ficou basicamente no campo da retórica, não sendo traduzida em programações de atividades ou em comportamentos concretos” (GURGEL, 1986, p. 37).

Analisando a posição de Gurgel, a partir do Manifesto de Córdoba, foi que os estudantes tiveram mais oportunidades de familiarizar com os problemas da realidade social, na qual eles viviam de fazer um contato direto com as populações e, de uma forma direta, contribuir com qualificação da educação da vida dos sujeitos históricos, fortalecendo suas crenças e valores. O nascimento da nova proposta parecia já comprometer o documento de Córdoba. Esse movimento ocupou lugar de destaque na história da extensão universitária pelo seu caráter crítico com relação a universidade, propondo mudanças nas estruturas, inclusive administrativas, que influenciaram o mundo, e em especial a América Latina.

Além das experiências européias, foi em universidades norte-americanas que surgiram novas visões diferenciadas daquelas existentes na Europa, que estavam marcadas por uma certa intenção de ilustrar as comunidades, as populações carentes.

As experiências extensionistas nos Estados Unidos surgem a partir de 1860, de forma diferente: extensão cooperativa ou rural e extensão universitária ou geral. Afirma Gurgel, “as Universidades populares americanas refletem um desejo de aproximação com as populações com a intenção de ilustrá-las, a extensão americana desde os seus primórdios, caracterizou-se pela idéia da prestação de serviços”. (GURGEL, 1986, p.32). A proposta nesse momento é de apenas mostrar outra concepção de extensão e não descrevê-la.

A universidade popular surge, no Brasil, atrelada ao Ensino Superior. Com a instalação da Universidade Livre de São Paulo, em 1912, recebeu influência do médico Eduardo Augusto R. Guimarães. A grande novidade trazida pela universidade de São Paulo foi o aparecimento de uma Universidade popular, diretamente atrelada ao ensino superior.

A Universidade Livre de São Paulo perdurou até 1917. O seu quadro docente era formado por cem professores. Havia setecentos alunos nos seguintes cursos: Belas Artes, Comércio, Farmácia, Medicina, Odontologia, Engenharia e Direito. Mesmo sem o corpo docente próprio, essa universidade ofereceu cursos sobre diversos assuntos abertos ao povo (o sagrado, o progresso, a latinidade, o direito, as doenças, dentre outros). Eram cursos totalmente diferentes do todo acadêmico, assistemáticos e que não despertavam o interesse das camadas populares. A

universidade foi fechada por influência e pressão do governo estadual, apesar do apoio recebido da esfera federal. Outras tentativas de afirmar essa atuação junto às populações foram feitas nas universidades Popular do Maranhão, Rio de Janeiro, Universidade Livre do Amazonas, Universidade Livre do Paraná.

Foi na Universidade Livre de São Paulo que se definiu a primeira proposta de extensão do país: os cursos de extensão. Esta prática difundiu-se nacionalmente. De acordo com Gurgel, *“os cursos de extensão desenvolvidos pela Universidade de São Paulo eram desvinculados da realidade acadêmica, na maioria das vezes totalmente assistemáticos e que não despertaram qualquer interesse das populações de modo geral”* (GURGEL, 1986, p.35).

A idéia de Universidade Popular foi retomada no Brasil em 1938, através do movimento estudantil que propunha, na época, reformas na estrutura da instituição universitária brasileira. É interessante sinalizar ainda, nesta reflexão histórica, a experiência extensionista brasileira. O primeiro momento, que vai de 1912 a 1930, foi determinado pela criação da Universidade de São Paulo e pela fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa-MG, baseada no modelo americano. A partir desses dois pólos, surgem as primeiras idéias sobre cursos de extensão como forma de prestação de serviços. O desenvolvimento das atividades extensionistas vai se dar em consonância com o período populista de desenvolvimentismo nacional. Muitos docentes nas instituições de ensino superior, por iniciativa própria, criaram projetos de extensão. Essas iniciativas fizeram crescer a extensão no contexto universitário brasileiro. Porém, a grande contribuição em relação às experiências extensionistas deve-se ao movimento estudantil, que sempre incluía a extensão no bojo das reivindicações pelas reformas universitárias, como assunto prioritário. Afirma Gurgel, *“que o movimento defendia uma concepção de extensão ‘ eminentemente política ’ com a relação da Universidade e o povo”* (GURGEL, 1986, p.171-172).

Quem mais se valeu das proposições extensionistas das Universidades Populares foi o movimento estudantil. Os estudantes brasileiros iniciaram, em 1938, mobilizações enfatizando as questões de caráter mais universais, pois antes eram mais regionais, e foi criada a UNE – União Nacional dos Estudantes. Em 1938, defendiam o Movimento de Córdoba, e construíram um plano de sugestões para a reforma educacional no Brasil; sobre essa questão Gurgel sugere que *“a universidade deveria promover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do saber e de métodos de estudos e pesquisa... de acordo com os fins sociais e propiciar a difusão da cultura pela integração da universidade na vida social popular”*. (GURGEL, 1986, p. 40).

A extensão aqui é entendida em termos de propagação da cultura e de interação da universidade com o povo. E para implementá-la seria por meio de cursos e divulgação de conhecimentos artísticos e científicos.

A concepção de extensão do movimento estudantil foi divulgada pelo Teatro da UNE, pelos centros de debates, clubes de estudo, fóruns, campanhas para criação de bibliotecas nos bairros, agremiações desportivas das populações pobres, e em educação política, com debates públicos, quando os temas versavam sobre o interesse dos trabalhadores.

Com a criação da UNE, o movimento estudantil passou a enfrentar de forma mais sistemática os grupos dominantes e a política hegemônica estatal em relação não só à universidade, mas também às políticas voltadas para a sociedade. Citamos a campanha do “petróleo é nosso”, onde os estudantes participaram ativamente.

Quem esteve muito presente também nas propostas extensionistas foi a JUC – Juventude Universitária Católica -, que renovou a ação católica presente desde a década de vinte, reforçando os preceitos da justiça social, exigindo que os jovens participassem da vida social procurando atender ao povo. Assim, os estudantes nas áreas específicas atuavam nas comunidades. A movimentação da JUC contribuiu para na formação acadêmica para a fomentação de uma consciência crítica para provocar os jovens a atuarem na sociedade e se envolverem com as grandes questões humanas.

Assim, entendemos que o movimento estudantil contribuiu de forma marcante com a efetivação da proposta extensionista progressista na universidade.

Porém, é na década de 1930, com as experiências da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, que se dá à extensão uma atenção especial. É nessa época que se consolidam, nos anos posteriores e em outros lugares: o serviço de extensão cultural da Universidade de Pernambuco e da Universidade Volante do Paraná; aparecimento do primeiro CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária) - projeto de extensão com o desenvolvimento de programas de ação comunitária -, e o Projeto Rondon. É importante ressaltar a experiência do CRUTAC – RN, do Rio Grande do Norte, que desde o início foi apoiado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Esse centrava o seu trabalho em três linhas básicas: o treinamento, a motivação das comunidades e a prestação de serviços. Uma outra característica do CRUTAC-RN era sua posição de afirmar-se com neutralidade política, conforme normatizava o seu regulamento no seu artigo 14º: *“proibir de modo categórico a participação, a qualquer título, do pessoal do CRUTAC em manifestações político-partidárias, de forma a garantir absoluta neutralidade em fase de qualquer sectarismo religioso, político ou ideológico.”*

Muitos trabalhos foram realizados nas mais diferentes áreas do conhecimento, e os principais foram produzidos no campo da saúde. Um dos resultados significativos foi atingido na área de economia doméstica, no setor artesanal, e resultou na criação da cooperativa do CRUTAC, que passou a comercializar a produção artesanal. Promoveram treinamentos e cursos com conteúdos específicos. Eram diferentes em suas proposições, metodologias, objetivos e realizações.

A experiência do CRUTA-RN avança nacionalmente, sobretudo no Nordeste, na Universidade Federal de Pernambuco e na Universidade Federal do Maranhão.

Uma outra experiência de caráter nacional foi a do Projeto Rondon. Este nasceu inspirado nas experiências dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos. Foi instituído na realização do I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, em 1966, e contou com a participação de professores, militares e de um grupo de docentes da Universidade da Guanabara. Juntamente com os instrutores da Escola do Comando e Estado Maior das Forças Armadas, apresentaram a idéia do que viria, na posterioridade, transformar-se no Projeto Rondon. Conforme descreve Gurgel, o professor Wilson Choeri, um de seus idealizadores, transformou-se na liderança maior do Projeto.

A primeira ação do Projeto Rondon aconteceu em julho de 1967, quando um grupo de 30 (trinta) alunos, coordenado pelo professor Wilson Choeri, seguiu para o Território de Rondônia, lá permanecendo durante 28 (vinte e oito) dias, efetuando levantamentos, pesquisas, atividades de assistência médica, e promovendo a educação sanitária. Localizaram-se na capital e em algumas cidades do interior. Os universitários que participaram do Projeto eram dos cursos de engenharia, medicina, geociências e comunicação, e já traziam um nome definido para o grupo: Projeto Rondon. O lema era “integrar para não entregar”. O sucesso das primeiras ações levou o grupo inicial a difundir a idéia de institucionalização. Contavam com o apoio do Ministério do Interior e dos Ministérios Militares, que procuravam, por meio da publicidade, sensibilizar a sociedade e a opinião pública. Gurgel assinala que *“as Forças Armadas tiveram interesse em relação ao projeto pois, seus dirigentes quase sempre foram militares de orientação nacionalista”* (Gurgel, 1986, p.116).

O projeto Rondon apresentava ao estado, naquele momento, alternativas para a modernização. O estudante tinha oportunidade de prestar serviços às comunidades carentes de outras regiões subdesenvolvidas e atrasadas e, assim, conhecia outras realidades. De certa forma, contribuía com o governo na solução dos problemas brasileiros. A resistência inicial aos poucos ia sendo quebrada pelos estímulos oferecidos e pelo crescente aumento do número de participantes. O trabalho voluntário foi diagnosticado como a forma mais democrática para

mobilizar as pessoas ao projeto e, para os estudantes, era atrativa a viagem de férias sem grandes conflitos com a instituição de ensino.

À proporção que o Projeto Rondon se institucionalizava, havia uma definição da sua doutrina: “neutralidade” científica, rejeição da política partidária, integração nacional, serviço às comunidades e treinamento profissional, trabalho voluntário, aprendizado indireto, através da prestação de serviços às comunidades carentes. Conforme Gurgel, “*o projeto possuía todos os ingredientes para a montagem de uma proposta educativa diferente e funcional. Além disso, tinha-se chance de retirar os universitários dos centros urbanos, palcos dos movimentos contestatórios do final da década de 60*” (Gurgel, 1986, p. 118).

O projeto se consolidou, inicialmente, com ações regionais, e depois, com operações diversificadas. Certamente, vai se perfilando a extensão em caráter nacional que, de 1969 a 1976, se institucionaliza em decorrência da Lei nº. 5.540. A propagação das idéias de extensão pelo conselho de reitores, o aparecimento dos campi avançados e o surgimento da CODAE, que passa a ter uma estrutura administrativa de planejamento, coordenação e execução das atividades de extensão a nível das Universidades, denotam um avanço do discurso oficial: incluía a comunidade como proposta geral de extensão. É importante ressaltar que houve limites no contexto da extensão, mas não pode minimizar a sua influência em alguns momentos da história brasileira.

Assim sendo, as experiências extensionistas do Projeto Rondon e do CRUTAC - RN nos mostram que a história da extensão universitária brasileira ficou influenciada pelas políticas públicas e sempre integrada às demandas sociais das populações que não estavam assistidas pelos projetos dos Estados. A extensão universitária vai se ampliando gradativamente com atividades extra-muros das universidades, conforme os problemas sociais procurando a aproximação com a pesquisa e o ensino, crescendo o sentimento de democratização do saber integrando a formação acadêmica à realidade social.

Inspirados por valores mais igualitários, muitos intelectuais e jovens lutaram para construção de espaços extensionistas na Universidade brasileira, como também pela criação das Universidades Populares na Europa, no meado do século XIX. Quem mais utilizou das propostas das universidades populares foi o movimento estudantil. Nesse aspecto, a extensão universitária seria uma alternativa para o fortalecimento da universidade pela propagação do saber universitário ao povo, às comunidades, e com maior envolvimento com os problemas sociais das diferentes regiões do país.

Na trajetória histórica da extensão universitária no Brasil, desde que surgiu como função na universidade que deveria ser indissociável e integrada ao ensino e à pesquisa, a extensão foi marcada pelas diferentes concepções e práticas, por dicotomias, contradições e conflitos, presentes ainda no contexto acadêmico contemporâneo, na pós-modernidade, suscitando grandes polêmicas sobre a questão de definir/redefinir a concepção e as prioridades da extensão universitária no Brasil.

O “Plano Nacional de Extensão” 1999-2001 conceitua-a como parte essencial para a formação cidadã do profissional na vida acadêmica. A extensão, segundo os preceitos do referido plano “interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da maioria da população”. Interpreta-se que a universidade seja a agenciadora para a solução dos problemas das camadas populares desde que haja um equilíbrio entre o trabalho acadêmico com as demandas sociais.

O documento evidencia que a extensão ainda é uma questão que precisa firmar-se como tal: “o objetivo é reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade...” Assim, as ações da extensão deverão estar em constante avaliação no contexto das universidades.

O quadro atual de discussão da valorização da extensão está envolvido com os diferentes objetivos e perspectivas da autonomia do campo da extensão. Segundo Tavares, “*a extensão se transforma em instrumento de democratização e da autonomia universitária ao veicular o saber*

produzido nessas instituições às necessidades das populações. Essa população deixa de ser receptora para se transformar em redimensionadora do próprio conhecimento.” (TAVARES, 1996, p.176).

Em síntese, nos últimos tempos, assistimos a um novo clima extensionista devido à nova ordem global, às reformas neoliberais que afetam de forma profunda as sociedades, caracterizando, assim, um novo descortinar regido pela força do mercado globalizado, formando centros econômicos decisórios extras e supranacionais, o que muitas vezes anula as estratégias nacionais onde os projetos nacionais são drasticamente afetados ou totalmente destruídos. A globalização se constitui numa nova realidade, conformando uma totalidade histórica, transformando a soberania nacional em figura retórica. Por mais desenvolvida economicamente que seja, a sociedade nacional acaba sendo uma província de uma totalidade geográfica mais ampla e complexa.

Quanto às relações, os processos sociais e as estruturas econômicas mundializaram-se, aumentando os efeitos e os problemas sociais, afastando os indivíduos desvinculando-os dos processos solidários para a convivência social e desestabilizando os grupos sociais e a sociedade como um todo.

Visto em diferentes aspectos, o Estado-nação revela-se uma configuração problemática. Tanto na Europa, onde nasceram as universidades populares, como nas demais regiões e continentes, revela-se num desafio permanente: ou porque se transforma ou porque não se forma. Alguns se revelam mais problemáticos em certas conjunturas, como ocorreu no final do século XX: União Soviética e Iugoslávia, África do Sul e Índia. Observa-se que ao debilitar as forças internas, logo emergem outros problemas como os etnicismos e fundamentalismo, que muitas vezes dividem os povos dentro do seu próprio território.

Nessa relação planetária globalizada está também a universidade com sua proposta de extensão, que está inclusa nas reformas neoliberais de implementação das políticas de contenção de gastos públicos e de auto - sustentação, em especial as universidades públicas, que são atreladas aos recursos estatais que sofrem freqüentes cortes nas verbas destinadas à universidade. Muitas aplicando a visão economicista da educação para os estados em desenvolvimento, onde a extensão universitária é uma estratégia para integrar comunidades à modernização, preparar o homem como agente produtivo e integrado ao projeto de desenvolvimento, ou mesmo como resposta às pressões por acesso ao ensino superior (principalmente nos países periféricos).

Mas de qualquer forma, em cada país, a extensão universitária emergiu conforme a peculiaridade do seu sistema de ensino, como foi a do Brasil. Influenciados ou não pela experiência das universidades populares européias.

REFERÊNCIAS

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa Alienada e Ensino Alienante – O equívoco da extensão universitária**, Petrópolis, Vozes, Editora Universidade Federal de São Carlos. 1996.

BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Difel. 1989.

COVRE, M. de L. M. **O que é Cidadania**. Editora Brasiliense. 1991.

CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DEMO, P. **Cidadania Menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis, Vozes. 1992.

_____, **Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**, Campinas, Autores Associados, 2001 – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 80).

_____, **Política Social do conhecimento sobre futuros do combate à pobreza**, 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEMO, P. **Sociologia, uma introdução crítica**. 2.^a ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FRANTZ, W. SILVA, E. W. da. **As Funções Sociais da Universidade**. O Papel da Extensão e a Questão das Comunitárias. Ijuí, RS. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____, **Pedagogia da autonomia, Saberes necessários à Prática Educativa**, São Paulo, 1997.

_____, **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1967.

_____, **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: paz e terra, 1971.

_____, **Ação cultural para a liberdade outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____, **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____, **A Importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez; autores Associados, 1982.

_____, **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____, **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez – autores Associados, Universidade Federal do Ceará. 1986.

GRAMASCI, A. **Cartas do Cárcere**. 4.^a ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1991.

_____, **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.^a ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1991.

_____, **Os intelectuais e a organização da cultura**, civilização brasileira, 1968.

_____, **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2.^a ed. São Paulo, Loyola, 1994.

_____, **Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____, **Movimentos sociais e a luta pela moradia.** São Paulo, Loyola, 1991.

GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis, 1999.

_____, **Globalização Excludente. Desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial.** Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1999.

_____, **Educação Não-Formal e Cultura Política.** São Paulo, SP. Cortez, 2001.

HERKENHOFF, João Baptista. **Ética, Educação e Cidadania.** Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editora, 1996.

IANNI, O. **A era do globalismo,** 3ª ed. Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1997.

_____, **A sociedade global.** 6ª ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1998.

LEAL, R. G. **Direitos Humanos no Brasil: Desafio à Democracia.** Porto Alegre, EDUNISC, 1997.

MOCHOVITCH, L. F. **Gramsci e a Escola.** 2.ª ed. São Paulo, Ática, 1990.

PINTO, Á P. **A Questão da Universidade.** 2.ª ed. São Paulo, Cortez, 1994.

SANYDERS, G. **Escola Classe e Luta de Classe.** 2ª ed. Lisboa, Moraes, 1981.

MANNHEIM, K. **Sociologia da Cultura.** São Paulo, Perspectiva. 1974.

SALAMON, L. **A Emergência do terceiro setor – uma revolução associativa global.** In. Revista de Administração. São Paulo, Ed. USP. N. 1. v. 33, 1998.

UNICEF. **Educação para todos e as ONGs: Contribuições e desafios de Jomtien.** Contexto e Educação, Ijuí. Ed. UNIJUÍ, ano 7. n. 26. 1992.